



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/09/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	2
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	3 - 4

ESTADO MAIOR

Cobrança

Vereadores de São Luís prometem cobrar do presidente da Câmara Municipal, Astro de Ogum (PR), votação do projeto de lei que regulamenta o Uber.

A manifestação dos parlamentares se deu devido ao episódio de agressão entre um taxista e um motorista de Uber na última sexta-feira, 8.

O projeto de lei é de autoria de Paulo Victor (Pros) e deveria ter sido votada na semana passada conforme prometeu Ogum após decisão do TJ sobre a legalidade do aplicativo na capital.

Calados

A cobrança para votar a proposta de regulamentação do Uber pode não acontecer, porque muitos vereadores têm receio de se expor com o assunto.

A maioria dos parlamentares tem se mantida à distância da polêmica sobre o Uber e aguarda o desenrolar da questão, que vem sendo tratada pelo presidente da Câmara.

Apenas os vereadores Marquinhos Silva (DEM), Honorato Fernandes (PT) e Chico Carvalho (PSL) falaram a respeito do serviço. Os demais preferem, até agora, o silêncio.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 54/2017 - SRP

Processo nº 9.570/2017

Objeto: Aquisição de cartuchos/tonner's originais de fábrica ou compatíveis; **Abertura:** 25/09/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181.

São Luis/MA, 04 de setembro de 2017

Mauricio Fernandes Lima

Pregoeiro do TJMA.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Déficit democrático

Numa sociedade construída sob a égide do machismo e do patriarcalismo, a representação política das mulheres no Parlamento brasileiro continua sendo balizada por expressivo quadro de iniquidade, prevalecendo ainda os valores e referenciais masculinos nas instâncias decisórias.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 – que representou um marco na luta por igualdade de gênero, trazendo um aparato normativo que é referencial no tocante ao direito das mulheres – as estatísticas não apontam redução na espiral de desigualdade, uma vez que os estereótipos de gênero continuam destinando aos homens as atividades do espaço público e às mulheres, as do espaço privado.

Embora ocupem hoje campos importantes em profissões que até há pouco tempo eram exercidas predominantemente pelos homens – reafirmando a máxima de que competência não tem gênero – as mulheres ainda enfrentam mecanismos de neutralização instituídos para tornar desigual a sua participação no exercício do poder político.

Os partidos políticos fazem pouco esforço para cumprir a Lei 12.034/2009, segundo a qual todas as legendas são obrigadas a ter pelo menos 30% de candidaturas femininas.

A atual Carta Magna é perfeita quanto ao tratamento dos sexos. Além disso, as importantes inovações introduzidas no Código Civil, de 2002, e as pequenas mudanças efetivadas ao longo dos anos no Código Penal, de 1940, extingiram inúmeros dispositivos que diminuía ou subjugavam a figura feminina.

Apesar disso, o machismo permanece enraizado na política brasileira. O termo ‘déficit democrático de gênero’ não está na agenda política do país, impedindo o acesso das mulheres às instâncias de poder.

Historicamente, o Parlamento brasileiro sempre marginalizou as mulheres, impondo uma clara obstrução política para não levar o sistema representativo ao universo feminino.

Ao longo dos séculos, a representação política sempre foi um “affair” masculino no Brasil, que promoveu um “apartheid” das mulheres, isolando-as dos debates partidários e delimitando um quadrado como se somente ali elas pudessem se manifestar politicamente.

As Constituições do Império (1824) e da República Velha (1891) não concederam às mulheres o direito de votar e nem de serem votadas, situação que persistiu até as primeiras décadas do Século XX.

Embora desde 1932 as mulheres tenham obtido o direito de votar (jus suffragii) e de serem votadas (jus honorum), na prática, elas continuaram excluídas das instâncias políticas de decisão.

Mesmo que o segmento feminino represente 53% do eleitorado e tenha capacidade de contribuir para a construção de um projeto emancipatório para a sociedade, a presença de mulheres em posições de comando na política no Brasil é mais baixa do que em países como o Haiti, Ruanda, Afeganistão, Iraque, Paquistão, Somália, Síria, Marrocos, Paraguai, Uruguai, Peru, Colômbia, nos levando a ocupar a vexatória 154ª posição no ranking mundial de representação feminina no Legislativo, produzido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU).

Isso acontece porque as práticas partidárias excludentes permanecem operando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da composição formal do poder político, reflexo de uma visão patriarcal conservadora e de um modelo de cidadania que privilegia a imagem masculina no espaço público.

O que as mulheres buscam hoje é a igualdade de direitos políticos, direitos humanos, direitos constitucionais legítimos, direito ao respeito, à dignidade, à educação, à moradia, à saúde, ao trabalho, à cultura, à cidadania.

Não é possível fechar os olhos para a realidade perversa que as mulheres herdaram desde a longínqua história das civilizações. É preciso uma tomada de consciência radical por parte da sociedade, que deve se engajar na luta contra esse flagelo social milenar.

Legenda

O DEM vai mudar de nome. Depois de já ter sido Partido da Frente Liberal (1985/2007), os chefes da agremiação partidária já aprovaram a logomarca (em azul e amarelo) e um filmete apresentando a nova legenda. Vai chamar-se Centro. Tem tudo para manter os cacochas assumidos desde as articulações que elegeram Tancredo Neves à Presidência da República. Inicialmente era uma dissidência do PDS, mas logo serviu como aliado de quase todos os governos civis.

Carreiras

Engenharia Civil, Direito e Medicina são as três carreiras mais bem remuneradas e têm – segundo o Ministério do Trabalho – cada vez mais mulheres. Um levantamento mostra, simultaneamente, que nos últimos dez anos elas se tornaram maioria no curso de Direito. Eram 49% dos alunos em 2005; hoje elas são 55%. Nas aulas, no mesmo período, as futuras

engenheiras passaram de 21% para 30%. E na Medicina a ampliação passou de 50% para 57%.

Proliferação

Ganha fôlego em Brasília a proliferação de legendas. Entretanto, a fixação de uma cláusula de barreira para restringir o acesso de partidos a recursos públicos e a tempo político na tevê é asfixiada na Câmara Federal. O Brasil já tem 35 partidos e este mês pode ser unido o 36º, chamado de Muda Brasil. Há ainda 67 outras legendas em formação, na fase de coleta de assinaturas, o que pode elevar o número para 103, se todos obtiverem o apoio de 486 mil eleitores, como estabelece a legislação. Na lista há partidos com viés ideológicos, como o Raiz e outros que se propõem a representar setores específicos, entre eles, o Partido Militar Brasileiro, Partido das Favelas, Partido do Esporte, Partido Indígena e o pitoresco Partido Nacional Corinthiano.